



192

Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos

Resumo Executivo da Centésima Octagésima Segunda Assembléia
Ordinária do
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –
CONANDA – Reunião Ordinária

1 As catorze horas do dia 16 de março de 2010, no Auditório do Ministério do
2 Planejamento, Orçamento e Gestão, Bl. "K", em Brasília, deu-se início à Centésima
3 Octogésima Segunda *Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da*
4 *Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pela* Presidente Sra. Carmem Silveira
5 *de Oliveira, estando presentes os* **Conselheiros**: *Representantes de Órgãos*
6 *Governamentais Titulares*: Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo –
7 Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS; Sra. Rosiléia Maria Roldi
8 Wille – Ministério da Educação – MEC; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi – Casa Civil da
9 Presidência da República; Sr. Felipe Augusto Teixeira – Ministério do Trabalho e
10 Emprego – MTE; Sra. Cristina de Fátima Guimarães – Secretaria Especial de Políticas
11 de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR. Estiveram
12 ainda presentes os *Representantes de Órgãos Governamentais Suplentes*: Sra. Maria
13 de Lourdes Magalhães – Ministério da Saúde – MS; Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires
14 – Ministério da Justiça e a Sra. Cícera Bezerra de Moraes – Secretaria Especial dos
15 Direitos Humanos da Presidência da República. Estiveram também presentes os
16 *Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares*: Sra. Miriam Maria José dos
17 Santos – Inspetoria São João Bosco – Salesianos; Sr. Fábio Feitosa da Silva – União
18 Brasileira de Educação e Ensino – UBEE; Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva –
19 Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Andrea Franzini – Confederação Nacional
20 dos Bispos do Brasil – CNBB / Pastoral do Menor; Sr. Sérgio Eduardo Marques da
21 Rocha – Aldeias Infantis SOS / Brasil; Sr. Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de
22 Direitos Humanos - MNDH; Sra. Glícia Thaís Salmeron de Miranda – Ordem dos
23 Advogados do Brasil – OAB/SE; Sra. Maristela Cizeski – Pastoral da Criança / CNBB;
24 Carlos Eduardo Nery Paes – Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP; Sr. Djalma Costa
25 – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED e

26 a Sra. Tiana Sento Sé – Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS.
27 Estiveram ainda presentes os *Representantes de Órgãos Não-Governamentais*
28 *Suplentes*: Sra. Renata Rodrigues Flores Alves – Federação Brasileira das Associações
29 Cristãs de Moços e o Sr. Welinton Pereira da Silva – Visão Mundial – VMB. **Item I:**
30 **Abertura, Informes e Aprovação da Pauta.** Com a palavra, a Presidente Carmem
31 Silveira de Oliveira abriu a plenária saudando a todos os presentes e informando que
32 constava da pauta: 1) Votação da Ata da 181ª Assembléia Ordinária do CONANDA; 2)
33 Escolha do Presidente e da Mesa Diretora; 3) Votação da Resolução de Conselhos
34 Tutelares; 4) Discussão sobre a proposta de estrutura da Política Nacional e do Plano
35 Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5)
36 Escolha dos representantes da Sociedade Civil para compor o Grupo de Trabalho
37 Interministerial-GTI de elaboração da proposta da Política Nacional e do Plano Decenal
38 de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; 6)
39 Planejamento para 2010, incluindo definição das prioridades; 7) Representações do
40 CONANDA; 8) Relato das Comissões; 9) Informes: Encaminhamentos para o caso dos
41 adolescentes desaparecidos de Luziânia e Fórum da Primeira Infância. **Item II: Votação**
42 **da Ata da 181ª Assembléia Ordinária do CONANDA.** Com a palavra, a Presidente,
43 Sra. Carmem Silveira de Oliveira, atendendo solicitação dos conselheiros presentes,
44 deixou por ser aprovada no dia seguinte; que, com as alterações propostas, foi
45 aprovada. **Item III: Escolha do Presidente e da Mesa Diretora.** A Presidente, Sra.
46 Carmem Silveira de Oliveira, informou do revezamento anual da Presidência entre
47 Governo e Sociedade Civil e passou a palavra ao Sr. Fábio Feitosa da Silva, que
48 informou a indicação por consenso de seu nome à Presidência do Conselho. Ao passo
49 que a Presidente, Sra. Carmem Silveira de Oliveira informou a indicação por consenso
50 de seu nome para a Vice-Presidência, passando imediatamente a condução dos
51 trabalhos ao novo Presidente, Sr. Fábio Feitosa da Silva, que informou a indicação da
52 Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo para estar à frente da Comissão de
53 Políticas Públicas – CPP; a indicação do Sr. Djalma Costa para chefiar a Comissão de
54 Orçamento e Finanças – COF; a indicação da Sra. Tiana Sento Sé para coordenar a
55 Comissão de Mobilização e Formação – CMF; a indicação da Sra. Maria Luiza Moura
56 Oliveira à coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDH.
57 Na Sequência, a Sra. Carmem Silveira de Oliveira informou: a migração da Sra. Rosiléia
58 Maria Roldi Wille da CMF para a CPP; a migração da Sra. Cristina de Fátima Guimarães
59 da CPP para a CMF; a migração da Sra. Daniellé Fermiano dos Santos Gruneich da
60 CDH para a COF; a criação da Coordenação-Geral do CONANDA e a indicação da Sra.

61 **Marganda** Munguba Cardoso para a função de Coordenadora-Geral. Informou também
62 algumas mudanças estruturais da SDH, assim como mudança de equipe, metodologia
63 de funcionamento e mudança de sua sede do Edifício Sede do Ministério da Justiça para
64 o Edifício Parque Cidade Corporate, no Setor Comercial Sul, em Brasília/DF. O
65 Presidente, Sr. Fábio Feitosa da Silva, informou que a reunião da Mesa Diretora seria
66 realizada uma semana antes à reunião da Assembleia, coincidindo com a reunião do
67 Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda
68 esclareceu que a coincidência da Reunião da Mesa Diretora com o GTI não significava
69 dizer que houve a escolha da Sociedade Civil à composição do GTI. A Sra. Miriam Maria
70 José dos Santos indagou se haveria uma assessoria jurídica à disposição do Conselho.
71 Ressaltou ser importante aprimorar a relação e o trabalho com o Instituto de Estudos
72 Socioeconômicos - INESC e a Agência de Notícia dos Direitos da Infância – ANDI,
73 apontando que o site do CONANDA não sofria atualização há algum tempo, e pediu
74 maiores esclarecimentos sobre a Coordenação-Geral. A Sra. Raimunda Núbia Lopes da
75 Silva afirmou que a Mesa Diretora não era prevista no Regimento Interno do Conselho e
76 propôs, portanto, uma comissão para trabalhar a adequação do Regimento. A Sra.
77 Miriam Maria José dos Santos apontou o esvaziamento das comissões, principalmente a
78 CDH e sugeriu um debate quanto à continuação dessa comissão. O Sr. Sérgio Eduardo
79 Marques da Rocha informou a inexistência de representação de Governo na CDH. O Sr.
80 Carlos Eduardo Nery Paes reiterou a participação insuficiente nas comissões, todavia,
81 sugeriu que as comissões pudessem fazer reuniões descentralizadas no intuito de
82 atender as demandas recentes e críticas dos estados, dando assim atribuição às
83 comissões, uma visibilidade muito grande para o Conselho e uma capacidade de
84 resolução maior. **Item IV: Discussão sobre a proposta de estrutura da Política**
85 **Nacional e do Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da**
86 **Criança e do Adolescente.** A Sra. Carmem Silveira de Oliveira apresentou o
87 planejamento estratégico para a formulação do Plano Decenal e da Política Nacional e
88 após as deliberações, ficou encaminhado: oficiar os conselhos setoriais e os demais
89 parceiros sobre o processo de estruturação do plano, enviando a eles as 67 diretrizes da
90 8ª Conferência e seus princípios, além da estrutura do Plano Decenal; adiar a assinatura
91 dos termos de compromisso por parte dos candidatos à Presidência da República,
92 porém, ainda em julho; que a CMF fizesse o levantamento dos parceiros do Conselho e
93 conversasse com o GTI para definir a estratégia de mobilização dos mesmos até o final
94 de março do corrente. Por fim, a Sra. Carmem Silveira de Oliveira informou que o
95 UNICEF se prontificou a custear a consultoria do Plano, já em processo de seleção

96 pública. **Item V: Informes: Encaminhamentos para o caso dos adolescentes**
97 **desaparecidos de Luziânia e Fórum da Primeira Infância.** O Sr. Andrea Franzini
98 informou a realização de Audiência Pública no dia 5 de março, em Rondônia, em
99 parceria entre o Conselho Estadual, o Fórum Estadual e o Centro de Defesa, com a
100 presença de autoridades locais, Conselho Estadual, Ministério Público Estadual e
101 Federal, além da ANCED. Em seguida, a Sra. Rosiléia Maria Roldi Wille informou: que
102 além da realização da Conferência Nacional de Educação – CONAE, o Conselho
103 Nacional de Educação – CNE elaborava as diretrizes curriculares nacionais da educação
104 básica e solicitou uma mobilização para poder acompanhar esses debates; a realização
105 de duas audiências públicas para debater o tema nos dias 6 e 16 de abril, em Brasília e
106 São Paulo respectivamente. Solicitou a organização da participação dos delegados e
107 observadores do Conselho incumbidos de participar na CONAE, no sentido dos
108 presentes terem definido os conteúdos a serem tratados. Informou: o lançamento no dia
109 8 de junho do Novo Guia Escolar e a Nova Campanha de Carnaval de Enfrentamento à
110 Exploração; o lançamento do material produzido sobre o ECA. Solicitou um espaço de
111 mais ou menos 20 minutos para a Coordenadora da Educação Integral do MEC na
112 próxima Assembléia do CONANDA. A Sra. Tiana Sento Sé informou: a realização de
113 Audiência Pública convocada pelo Senador Cristovam Buarque no dia 31 de março para
114 discutir o tema “Conselho Tutelar”: a discussão do Código de Conduta Moral e Ética do
115 Turismo, no âmbito da ONG IBEPSI, criado pela Sra. Dilma Felizardo, e que deu origem
116 a um comitê fiscalizador imbuído de fiscalizar e atribuir um selo de qualidade a toda
117 instituição que trabalha com criança e adolescente em situação de violência sexual no
118 que cerne aos princípios morais e éticos. Segundo ela, esse documento desconhece o
119 sistema de garantias de direitos, criando algo paralelo. Informou a realização de um
120 seminário nacional, nos dias 23, 24 e 25 de março, em Natal/RN, para discutir o
121 documento. Sugeriu a mudança do caráter do documento para uma “Carta de Princípios”
122 e que esse seminário não fosse feito no sentido de validar o documento. O Sr. Fábio
123 ponderou que esse assunto teria que ser aprofundado. A Sra. Rosiléia Maria Roldi Wille
124 sugeriu de imediato solicitar formalmente uma nota técnica acerca do projeto. Ao passo
125 que a Sra. Tiana Sento Sé informou que a SDH já se posicionou contrária à esse
126 documento. Na sequência, a Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva informou: que o
127 documento da CONAE perpassa algumas questões que, segundo ela, precisavam
128 reafirmar e era de suma importância que os representantes do CONANDA as
129 defendessem; que dois jovens de Luziânia/GO foram encontrados, com vida, no
130 município de Teresina/PI, e que ela levantava mais informações e posteriormente daria

131 conhecimento aos demais; que o jornal local de Teresina publicou matéria informando
132 do registro do desaparecimento de três jovens por semana. Solicitou respostas
133 imediatas do Conselho com relação a esses casos de desaparecimentos, sugerindo
134 audiências públicas. O Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que no dia
135 seguinte a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados Federal
136 pautaria a redução da maioria penal, sugerindo que um representante de cada
137 comissão do CONANDA pudesse estar presente e entregando todas as notas técnicas
138 já emitidas a esse respeito e o posicionamento do CONANDA. Encaminhou-se, portanto,
139 a presença do Sr. Ariel de Castro Alves e do Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires. Tendo
140 sido decidido, o Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou o aniversário de 60
141 anos de atuação mundial da organização da qual é representante, completados no ano
142 anterior. Com tanto, no dia 8 de abril, em São Paulo, seria realizada uma solenidade que
143 contaria com a presença de seu Presidente Mundial. Tendo dito, convidou o CONANDA
144 a participar deste evento. Em seguida, a Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda
145 entregou à Mesa Diretora documento acerca do incidente acontecido com uma
146 adolescente de Rondônia que participava da 8ª Conferência para que o Conselho
147 oficiasse a SEDH e a Polícia Civil do Distrito Federal para o prosseguimento do inquérito
148 e posteriormente informasse o Conselho de Rondônia sobre essas providências.
149 Registrou a precariedade das unidades de medidas sócio-educativas do Estado de
150 Sergipe e que a seccional da OAB se manifestou publicamente sobre a falta de
151 aplicação de recursos, ao passo que o conselho estadual emitiria um relatório a respeito
152 do tema. Com tanto, solicitou que o CONANDA acompanhasse o sistema de
153 cumprimento de medidas em meio aberto daquele estado, porque as instituições ficam
154 superlotados por falta de uso desse método. O Sr. Fábio Feitosa da Silva propôs
155 incumbir a CPP para tratar do tema. O Sr. Geraldo Vitor da Silva Filho informou a
156 realização do 1º CongreSudeste, congresso de conselhos tutelares e de direitos da
157 Região Sudeste, e, subseqüentemente, convidou os conselheiros; que a Associação dos
158 Conselheiros Tutelares de São Paulo, em conjunto com o CONANDA, implementaria a
159 escola de conselhos no Estado de São Paulo, com o 1º módulo previsto para os dias 28,
160 29 e 30 de abril, na cidade de Hortolândia. A Sra. Maria de Lourdes Magalhães informou
161 sua participação, representando o CONANDA, na Rede da 1ª Infância; que foi convidada
162 a participar do Fórum da 1ª Infância, porém, declinou do convite e sugeriu ao Conselho
163 designar um representante caso achasse conveniente. A Sra. Rosiléia Maria Roldi Wille
164 sugeriu que a CMF estreitasse as relações com o Fórum da 1ª Infância. Sugestão essa
165 acatada por todos. A Sra. Carmem Silveira de Oliveira informou: o início, em Goiânia,

166 dos encontros regionais e sugeriu pautar na apresentação das realidades locais já na
167 próxima reunião do CONANDA na ótica do plano decenal; que a inclusão do jovem
168 Ezequiel Toledo de Lima, participante da morte de João Hélio Fernandes Vieites,
169 arrastado por um carro no Rio de Janeiro, no Programa de Proteção a Crianças e
170 Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM foi uma situação politicamente muito
171 delicada a ser enfrentada diante do Poder Judiciário e do Ministério Público, pois expôs
172 o adolescente e o endereço onde ele estava; a continuidade de uma menina de
173 Abaetetuba/PA no PPCAAM após sua maioridade devido à complexidade do seu
174 processo; informou que a SEDH contribuiria com a logomarca dos 20 anos do ECA; um
175 evento na semana seguinte, com a presença da Rainha Sílvia, da Suécia, a 1ª Dama do
176 Brasil Marisa Leticia, além do Ministro da SEDH, Paulo de Tarso Vannuchi, com a
177 temática dos castigos corporais, com lançamento a versão em português do relatório
178 das nações unidas sobre esse tema. E nesse sentido, a Rede Não Bata, Eduque, propôs
179 um anteprojeto de lei de iniciativa do executivo a ser encaminhado ao Congresso com a
180 mesma temática dos castigos corporais. **Item VI: Votação da Resolução de**
181 **Conselhos Tutelares.** Foi feita a apresentação a minuta de resolução pela Sra. Glícia
182 Thais Salmeron de Miranda e após as manifestações e alterações foi aprovada a
183 Resolução de Conselhos Encaminhou-se: pela correção ortográfica e jurídica das
184 alterações feitas em plenária e a publicação da mesma; que a CDH, assessorada pelo
185 INESC, faria o levantamento e a compilação de todos os anteprojetos de lei em
186 tramitação no Congresso Nacional com o anteprojeto de lei proposto pelo CONANDA
187 em harmonia com a Resolução recém-aprovada e apresentasse na próxima reunião do
188 Conselho; que o Presidente do CONANDA estaria presente em Audiência Pública sobre
189 Conselho Tutelar que ocorreria no dia 31 de março, no Senado Federal, munido da
190 Resolução. **Item VII. Escolha dos representantes da Sociedade Civil para compor o**
191 **Grupo de Trabalho Interministerial – GTI de elaboração da proposta da Política**
192 **Nacional e do Plano Decenal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da**
193 **Criança e do Adolescente.** A Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda apontou que a
194 criação do GTI pelo CONANDA fugia às atribuições do Conselho, porque a criação de
195 grupo interministerial só poderia ser feita mediante portaria interministerial. Ao passo que
196 a Sra. Carmem Silveira de Oliveira apresentou a minuta de portaria originária do GTI, de
197 iniciativa da SEDH, na pessoa de seu Ministro, tendo assim caráter interministerial. A
198 Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu que aquilo que coubesse ao CONANDA,
199 dentro da Portaria, pudesse ser contemplado em uma resolução dentro das ações do
200 plano. A Sra. Carmem Silveira de Oliveira apoiou a construção de Resolução nesse

201 sentido. Contudo, encaminhou-se: pela confecção da Resolução no período de uma
202 semana; pela escolha de quatro representantes da sociedade civil de cada Comissão
203 Permanente do CONANDA; pela realização em dois dias e meio das Assembléias
204 Ordinárias do CONANDA, com mais tempo para a discussão da Política Nacional e do
205 Plano Decenal; pela revisão do calendário das assembléias ordinárias do CONANDA a
206 ser feita na próxima Assembléia Ordinária. **Item VIII: Planejamento para 2010,**
207 **incluindo definição das prioridades e Relato das Comissões.** O Sr. Djalma Costa
208 relatou para a COF. A Comissão propôs a realização de um encontro das comissões de
209 orçamento e finanças dos conselhos estaduais e avaliava-se a possibilidade da
210 presença dos conselhos municipais das capitais. Apontou que o CONANDA tem um
211 bloco de doadores muito no âmbito das estatais federais e sugeriu planejar ao longo de
212 2010 a ampliação deste leque do ponto de vista da captação de recursos. Relatou que o
213 CONANDA não tinha nenhum instrumento de monitoramento dos seus recursos
214 investidos e sugeriu um instrumento de monitoramento, além de financeiro, um
215 monitoramento do impacto da política pública. Relatou a celebração de convênio com o
216 Fórum Nacional DCA. A CPP, representada pelo Sr. Andrea Franzini, relatou que as
217 discussões que permearam a reunião da Comissão foi em torno da Estruturação do
218 Plano Decenal. E para a próxima reunião já estava confirmada a reunião conjunta com a
219 Comissão de Políticas Públicas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. A
220 Sra. Miriam Maria José dos Santos acresceu que a Comissão teria como prioridade o
221 plano de convivência familiar comunitária, Sistema Nacional de Atendimento Sócio-
222 educativo – SINASE, plano de combate ao trabalho infantil, rede da primeira infância e o
223 enfrentamento à violência sexual. A CMF, como planejamento estratégico para 2010,
224 relatou a realização da Assembléia Ordinária do CONANDA em Rondônia, no mês de
225 maio. Sugeriu a realização de Audiência Pública em Luziânia um dia antes da plenária
226 de abril. Relatou a realização do encontro de articulação com os conselhos tutelares e
227 de direitos para discutir a implantação e implementação do plano decenal, além de fazer
228 um balanço: da 8ª Conferência; da reunião bimestral com a equipe do portal dos direitos
229 da criança e do adolescente, no sentido de um acompanhamento mais detalhado do
230 portal; do encontro da COF CONANDA com as COFs estaduais; da teleconferência
231 sobre o plano decenal, necessitando estipular a sua periodicidade. Relatou também um
232 levantamento da situação da escola de conselhos e a também realização de um
233 encontro destas; o acompanhamento das ações de mobilização do Fórum Nacional
234 DCA, no sentido de que a comissão pudesse construir de forma conjunta os cinco
235 seminários regionais com o intuito de discutir o plano decenal, além do encontro de

236 adolescentes, previsto para acontecer em abril. Sugeriu uma parceria estratégica com a
237 Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei – RENADE. A Sra.
238 Carmem Silveira de Oliveira sugeriu: que a comissão acompanhasse o fórum colegiado
239 nacional dos conselhos tutelares; os projetos financiados pelo CONANDA de matrizes
240 de formação, em especial os convênios com a UnB e a FioCruz; que criasse resoluções
241 no sentido da implementação das matrizes de formação e, para tanto, a SNPDCA se
242 dispôs a minutar as resoluções e trazer à apreciação do Conselho. O Sr. Fábio Feitosa
243 da Silva propôs: que o Conselho Estadual de Goiás fosse provocado a realizar a
244 audiência Pública em Luziânia e convidasse uma representação do CONANDA; enviar
245 um ofício ao Conselho Estadual de Rondônia para que este já tomasse as devidas
246 providências, com data definida concomitantemente à data da Assembléia Ordinária. O
247 Sr. Sérgio Eduardo Marques da Rocha informou que a CDH não se reuniu por falta de
248 quórum. Fez breve relato sobre o acompanhamento do caso dos meninos de Luziânia.
249 Na sequência, o Sr. Ariel fez relato de sua presença na Comissão de Constituição e
250 Justiça da Câmara dos Deputados Federal que pautou como tema a redução da
251 maioria penal. Em seguida, a Sra. Carmem Silveira de Oliveira demandou que a
252 SNPDCA minutaria resolução que criaria parâmetros para o funcionamento dos disque-
253 denúncias de direitos de crianças e adolescentes. Demandou ainda à Comissão de
254 Políticas Públicas: a lembrança da participação do CONANDA nos encontros regionais
255 de integração do meio fechado e do meio aberto; o convênio com uma entidade para
256 criar um novo sistema de informações sobre a gestão do sistema sócio-educativo; uma
257 resolução sobre o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à
258 Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR. **Item XIX:**
259 **Representações do CONANDA.** Os Conselheiros definiram quais representações eram
260 prioritárias e, feito isso, seriam decididos os conselheiros para essas representações na
261 próxima assembléia do CONANDA. **Item X: Encerramento.** Vencida a pauta e nada
262 mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a Reunião.

263

264

265

266

267

Fábio Feitosa da Silva
Presidente do CONANDA